

# Brincadeira ameaçada

Roberto Fonseca  
Da equipe do Correio

A polêmica foi lançada. De um lado está o deputado César Lacerda (PTB). O distrital é o autor de um projeto de lei que proíbe a entrada de menores de 18 anos em lojas que oferecem jogos eletrônicos com imagens de violência. Do outro, aparecem os donos das empresas. Eles temem a falência do negócio caso o projeto seja aprovado. E no meio do bate-boca surge a garotada, que está indignada com a possibilidade de ficar sem a brincadeira.

“Não quero nem pensar nisso. É melhor ficar por aqui do que estar em casa à toa vendo televisão”, comenta Eduardo Luís Leite, 11 anos, aluno da 4ª série da Escola Classe 304 Norte. O menino é freqüentador assíduo da Crazy Games desde que a loja abriu, há dois meses. Por cada hora de jogo em rede, Eduardo desembolsa R\$ 3. A brincadeira permite que vários jogadores disputem batalhas entre si, com computadores conectados uns aos outros. “Costumo chegar depois do almoço e só ir embora no começo da noite.”

Ao contrário de Eduardo, a mãe dele adorou o projeto do deputado César Lacerda. Preocupada com o formação ética e moral do garoto por conta da carga de violência existente nos jogos, a funcionária do Ministério da Previdência e Assistência Social Maria Luíza Lerário, 47, já tentou de tudo para tirá-lo da frente do computador.

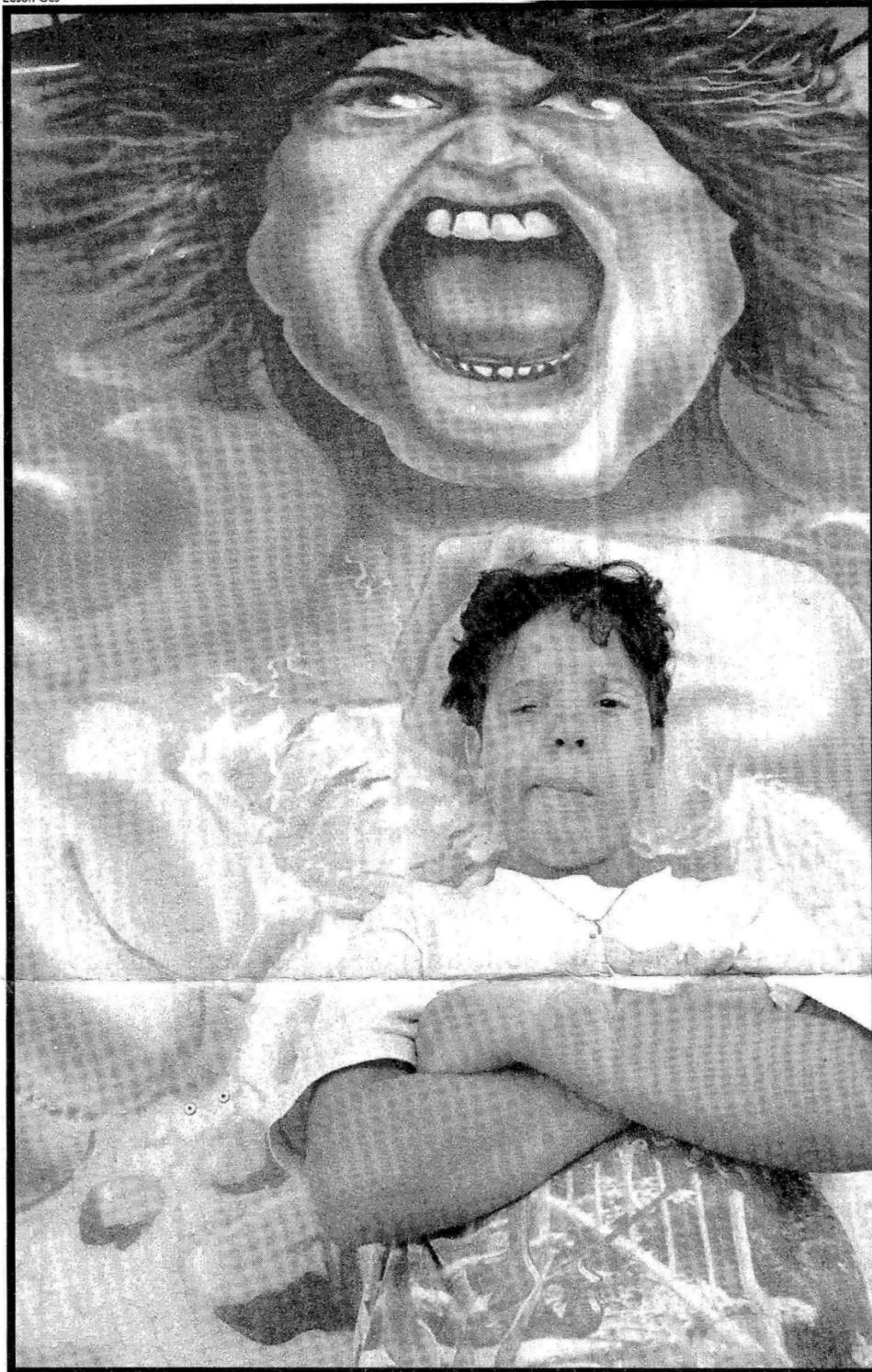
“Inscrevi ele na capoeira e em aulas de violão. Mas não tem jeito, estou mudando toda a minha rotina por causa desse inferno. Tem dia que ele perde totalmente o sono”, diz Maria Luíza. Pressionada pelo filho, ela se viu obrigada a abrir uma conta na Crazy Games. “Mas não passa de R\$ 50 por mês.”

## DISCUSSÃO

Se depender do deputado César Lacerda, a tormenta da servidora pública está perto do fim. O Projeto de Lei 540 foi apresentado na Câmara Legislativa em junho de 1999 e deve ser analisado em plenário até o final de março. Ele cria normas para a exposição e a comercialização de jogos eletrônicos com imagens de violência. Dentre as principais regras, está a proibição da entrada de menores de 18 anos em lojas que utilizam jogos eletrônicos com imagens de violência. Prevê também multa de R\$ 1 mil a R\$ 3 mil para quem descumprir a lei.

A notícia pegou de surpresa os donos das lojas. Eles sequer sabiam que existia um projeto em tramitação na Câmara Legislati-

Edson Gês



EDUARDO LUÍS LEITE FREQUENTA DIARIAMENTE UMA LOJA DE JOGOS ELETRÔNICOS: VÍCIO CUSTA R\$ 50 POR MÊS

va. “Se ele for aprovado, vamos quebrar. Os adolescentes representam 90% da minha clientela. Não sei como alguém tem uma idéia absurda dessa”, comenta Rodrigo Alves Rocha, 24, proprietário da Crazy Games, que funciona na 714/715 Norte, das 7h30 até 1h da madrugada.

## QUEBRADEIRA TOTAL

“Como a garotada só curte jogos violentos, a tendência é que as empresas fechem as portas”, faz coro Mariana Santana Vieira, 22, sócia

da Winner Games, situada na 308 Norte. O jogo preferido da menina é o *Counter Strike*, que põe frente a frente terroristas e policiais. São tiros e mortes para todos os lados. Os duelos são realizados com o manuseio do teclado do computador. “Tenho o Fifa 2002 (simulador de partida de futebol) e eles nem jogam”, completa Mariana.

“Pode ser violento, mas é o que nós gostamos”, defende Bruno Ouriques, 13 anos, aluno da 8ª série do colégio Garança. Ele vai todos os dias até a Winner Games.

Joga uma hora e meia diariamente. “Não tem problema nenhum. A questão da violência não será resolvida com proibições tolas”, fala o pai do garoto, o comerciante William Nogueira Nunes, 36.

Se aprovado, o projeto de lei não surtirá o efeito esperado pelo seu autor. Pelo menos essa é a opinião de Bruno Tavares, 17, que ontem à tarde divertia-se com um grupo de outras 17 pessoas na Na Mente Games, na comercial da 504 do Sudoeste. “A gente vai passar a jogar no computador de casa”, avisa o aluno do 3º ano

## ENTENDA O CASO

■ O projeto de lei do deputado César Lacerda cria normas sobre a exposição e a venda de jogos eletrônicos com imagens de violência no Distrito Federal. Conheça os principais pontos:

■ Considera como jogos eletrônicos com imagem de violência aqueles que exploram a crueldade, a brutalidade e o sadismo virtuais.

■ Proíbe a entrada de menores de 18 anos em lojas que utilizam jogos eletrônicos com imagens de violência, na forma de diversão.

■ Prevê multa de R\$ 1 mil a R\$ 3 mil para quem infringir a lei. Caso aja reincidência, haverá o cancelamento do alvará de funcionamento

■ Cancela o alvará de funcionamento do estabelecimento que utilizar jogos com cópias piratas

do Colégio Objetivo.

Assustados com a possibilidade da falência, os comerciantes prometem contra-atacar. Realizaram uma reunião ontem à noite, em um restaurante na Asa Sul, para discutir a criação de uma associação. Os jogos em rede se tornaram febre entre os jovens há pouco mais de cinco meses. Nas contas dos empresários, hoje existem 62 lojas no ramo no DF.

Os donos das lojas pretendem também agendar uma conversa com César Lacerda. “Não queremos que ele tire o projeto. Queremos que a lei seja menos severa. Permita, por exemplo, a presença de maiores de 12 anos até as 18h”, diz Renato Santoro, 28, dono da Gamespot, que funciona no Pier 21.

Desde terça-feira, eles conversam com assessores do deputado. Pré-acertaram um encontro para o início da próxima semana. Mas o encontro ainda não foi informado ao distrital. “Ainda não recebi nenhum pedido de reunião. E se me procurarem, não recebo. Não gosto de conversar com gente que estimula a violência.”

■ COLABOROU MARCELO ROCHA

## PROJETOS POLÊMICOS

### BOATES

■ A Lei 2.748/01, de autoria do deputado César Lacerda (PTB), proíbe a concessão ou a renovação de alvará de funcionamento para os estabelecimentos com música ao vivo localizados nas comerciais do Plano Piloto e em áreas próximas às residências nas demais cidades do DF. Em agosto do ano passado, o juiz da 2ª Vara de Fazenda Pública do DF, Álvaro Luís Ciarlini, concedeu liminar ao Sindicato dos Bares, Hotéis, Restaurantes e Similares do DF (Sindhobar) permitindo o funcionamento de bares, boates e restaurantes com música ao vivo que ficam perto de residências. A determinação do juiz vale até o julgamento do mérito do mandado de segurança.

### PIT BULLS

■ Projeto de Lei do deputado César Lacerda (PTB), apresentado em 1999, pretendia proibir a reprodução e criação de pit bulls e rottweilers nas áreas urbanas do DF. Previa ainda a morte dos animais, caso fossem criados ilegalmente. Aprovado inicialmente na Câmara Legislativa, o projeto foi arquivado em agosto do ano passado depois de ter sido vetado pelo governador Joaquim Roriz. Pressionados pelos criadores das duas raças de cachorro, os deputados distritais mantiveram o veto do governador. César Lacerda pretende reapresentar a proposta este ano.

### BANHEIROS PARA HOMOSSEXUAIS

■ O deputado distrital Wilson Lima (PSD) tentou transformar em lei a construção de banheiros exclusivos para homossexuais no Distrito Federal. O deputado defendia o projeto dizendo que o maior objetivo seria o de “resguardar as famílias e os homossexuais”. “Queremos proteger homens e mulheres que não se sentem bem com essas pessoas no mesmo banheiro”, disse à época. A minuta do projeto gerou tanta polêmica que o deputado desistiu da idéia.

### ARTES MARCIAIS

■ Lei distrital, de autoria do deputado Sílvio Linhares (PMDB), estabelece um cadastro para as academias de lutas e de artes marciais. A idéia é evitar que marginais se infiltrem nas academias de luta. Todos os estabelecimentos do tipo são obrigados a ter cadastro junto à Secretaria de Segurança Pública. Eles deverão apresentar comprovante de filiação à federação ou confederação desportiva da modalidade. Os donos, diretores e professores dos estabelecimentos serão obrigados a fornecer nome, qualificação e endereço atualizado para o governo. O cadastramento nunca chegou a acontecer.

## RAIO LASER PROIBIDO

Os distritais aprovaram na terça-feira um projeto de lei que proíbe a venda, o porte e o manuseio de lanternas de raio laser no Distrito Federal. De autoria do deputado Wilson Lima (PSD), o projeto surgiu com o objetivo de acabar com o uso inadequado do equipamento — muitas vezes utilizado como brinquedo por crianças. “Pode-se cegar uma pessoa. Elas manuseavam as lanternas nas salas de aula e na rua”, justifica Wilson Lima. Os deputados acreditam que o governador Joaquim Roriz irá sancionar a lei até o final de março.